



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO,
EDUCAÇÃO E INCLUSÃO ESCOLAR – UnB/UAB**

**INCLUSÃO E REALIDADE ESCOLAR DE ESTUDANTES COM
NECESSIDADE EDUCACIONAL ESPECIAL DA REDE PÚBLICA DE
CARINHANHA**

LÍDIA PINTO DE SOUZA

ORIENTADOR (A): GEANE DE JESUS SILVA

BRASÍLIA/2015



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

LÍDIA PINTO DE SOUZA

**INCLUSÃO E REALIDADE ESCOLAR DE ESTUDANTES COM
NECESSIDADE EDUCACIONAL ESPECIAL DA REDE PÚBLICA DE
CARINHANHA**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização
em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão
Escolar, do Departamento de Psicologia Escolar e do
Desenvolvimento Humano – PED/IP – UnB/UAB.

Orientador (a) Profa. Geane de Jesus Silva

BRASÍLIA/2015

TERMO DE APROVAÇÃO

LÍDIA PINTO DE SOUZA

INCLUSÃO E REALIDADE ESCOLAR DE ESTUDANTES COM NECESSIDADE EDUCACIONAL ESPECIAL DA REDE PÚBLICA DE CARINHANHA

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UnB/UAB. Apresentação ocorrida em 28/11/2015.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

GEANE DE JESUS SILVA
(Orientador)

ELEN DE SOUSA GONZAGA
(Examinador)

LÍDIA PINTO DE SOUZA
(Cursista)

BRASÍLIA/2015

Dedico o presente trabalho a minha família que está comigo a cada passo da vida, me apoiando e incentivando nos momentos de dificuldades, sem os quais não seria possível a concretização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela sua infinita proteção, pelas bênçãos que tem me conduzido ao longo da minha vida.

Aos meus queridos e amados filhos Edmir Fernandes e Núria Fernandes que de forma carinhosa deram força e compreenderam os momentos de minha ausência.

Aos meus pais, que sempre acreditaram nas minhas escolhas Rosalvo Alexandrino de Souza (in memória) e minha mãe Maria Pinto de Souza pela preocupação, paciência que tem se dedicado a mim.

As minhas cunhadas Alice Cleide, Mariza Márcia, por me dar força, por acreditar em mim, e por me incentivar a conseguir essa vitória.

Ao meu esposo, Arnóbio Junior, pelo incentivo a prosseguir na conclusão deste curso, pelo companheirismo e amor dedicados a mim, suavizando meu caminho nos momentos mais difíceis.

À minha orientadora dessa monografia Geane de Jesus Silva pela paciência e compreensão que carinhosamente se dedicou de forma séria, responsável orientando-me neste trabalho da melhor maneira possível, sempre disposta a escutar e ajudar.

A todos, que participaram direta ou indiretamente deste momento de minha vida contribuindo assim para a concretização deste trabalho, o meu profundo e eterno obrigada.

RESUMO

Neste trabalho de pesquisa buscou-se compreender a realidade acerca da inclusão escolar de uma criança com necessidades educacionais especiais e como a escola desenvolvia o processo de inclusão em sala de aula, focando também na participação da família e sua contribuição para esse cenário. A fundamentação teórica levantou questões importantes sobre a realidade da educação inclusiva no contexto da escola pública, abordando a necessidade de construir um projeto de ensino que leve em conta as necessidades educacionais dos alunos. A metodologia desta pesquisa pautou-se pela investigação qualitativa, por meio de entrevista com a diretora da escola, professora regente, mãe do aluno e psicóloga, observação às aulas e situações do contexto escolar em que o aluno se encontrava. As questões abordadas ao longo da pesquisa ajudaram a compreender a relação exercida pela escola a respeito do aluno com necessidades educacionais especiais, observando-se que a escola ainda não está preparada para atender as necessidades educacionais do aluno com NEE, demonstrando que a necessidade de adequar as práticas e metodologias trabalhadas no ambiente escolar, como também possibilitar a qualificação dos docentes para atuarem na educação inclusiva.

Palavras-Chave: Educação inclusiva, Inclusão escolar, Professor e Aluno.

SUMÁRIO

I - APRESENTAÇÃO	9
II - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	12
2.1 Educação Inclusiva e política da educação para todos	12
2.1.1 Pessoa com Necessidade Educacional Especial	14
2.2. Aprendizagem	15
2.2.2. Direito à aprendizagem.....	17
2.2.3. Dificuldades/problemas de aprendizagem e necessidade educacional especial	18
2.3. Relação família e escola como estratégia à inclusão	21
III OBJETIVOS	23
3.1 Objetivo geral.....	23
3.2. Objetivos específicos	23
IV METODOLOGIA	24
4.1 - Fundamentação Teórica da Metodologia	24
4.2 - Contexto da Pesquisa.....	24
4.3- Participantes.....	24
4.4 – Materiais e Instrumentos de Construção de Dados.....	25
4.5 - Procedimentos de Construção de Dados	25
4.6 - Procedimentos de Análise de Dados	26
V - RESULTADOS E DISCUSSÃO TEÓRICA DOS RESULTADOS	27
5.1 O estudante com necessidade educacional especial e o contexto escolar.....	27
5.2 O estudante com necessidade educacional especial e o contexto familiar	33
VI - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	38
REFERÊNCIAS	40
APÊNDICES	43
APÊNDICE A - ROTEIRO PARA ENTREVISTA PARA PROFESSOR.....	44
APÊNDICE B - ROTEIRO PARA A ENTREVISTA PARA DIRETOR	45
APÊNDICE C - ROTEIRO PARA A ENTREVISTA PARA PSICÓLOGO	46
APÊNDICE D – ROTEIRO PARA A ENTREVISTA PARA PAIS	47
ANEXOS	48
ANEXO A – CARTA DE ACEITE INSTITUCIONAL.....	49
ANEXO B – CARTA DE APRESENTAÇÃO	50

ANEXO C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – PROFESSOR	51
---	----

I - APRESENTAÇÃO

Sabemos que atualmente a definição do contexto inclusivo é muito discutido nas várias camadas da sociedade, principalmente no meio educacional, mas é necessário que haja mais do que um simples discurso, é preciso também mudança de pensamento da sociedade em relação a esse problema. A inclusão social é um movimento mundial de luta por direitos dos que ainda são excluídos da sociedade. Busco com essa pesquisa conhecer melhor a realidade da inclusão escolar na escola pública, e o que essa tem proporcionado às crianças com necessidade educacionais especiais - NEE.

Nos últimos anos o sistema educacional de ensino brasileiro vem buscando vivenciar o processo de ensino nutrindo-se das mudanças ocorridas no meio social e cultural. Mas apesar dos avanços a inclusão escolar ainda é um desafio a ser enfrentado na busca de uma escola inclusiva. Por isso, faz-se necessário compreender e demonstrar que a inclusão não é um tema recorrente, que veem e passa, mas um aspecto intrínseco do processo de ensino. Tendo em vista essa concepção, busco refletir o assunto e as variadas possibilidades deste processo na escola pública tendo como foco o seguinte tema: *Inclusão e realidade escolar de estudantes com necessidade educacional especial na rede pública de Carinhanha*, cujo foco é o contexto escolar, e como este contribui ou impossibilita a escola de promover a inclusão dos estudantes com queixa de dificuldades de aprendizagem por causa de alguma necessidade educacional especial.

Nessa jornada as experiências, descobertas, superações vividas e o aprendizado do dia a dia, e especificamente todos os conhecimentos adquiridos durante este curso de pós-graduação que foram marcantes e decisivos para chegar até este momento, serão importantes para compreender melhor os contextos estudados. A minha trajetória de vida dentro do meio educacional, seja por meio da formação acadêmica, ou na vivência escolar se tornam fatores importantes, pois, o conhecimento adquirido, ajuda a vislumbrar melhor o meio estudado, dando a direção a seguir para chegar a uma real conclusão da realidade estudada.

Ressalto ainda que não atuo na área da educação e essa pós-graduação propiciará a construção de habilidade e competência na minha inserção como docente no meio educacional. Assim para que a inclusão se efetive, é essencial que os educadores estejam preparados para lidar com essa situação. Diante desse contexto, vale ressaltar que as

mudanças de comportamento e de pensamentos são indispensáveis para que a inclusão seja eficaz em nossa sociedade.

Nesse sentido a inquietação em estudar esta temática surgiu como fruto da vivência, ao longo do curso, pois, por meio dele descobri que muitos avanços têm ocorrido no sentido da sociedade perceber a presença da pessoa com deficiência, como também em incluí-la no meio. Porém, isto ainda é alvo de muita discussão em decorrência da falta de conhecimentos de grande parte da sociedade. Tem se observado a necessidade de se analisar e promover no espaço escolar a eliminação de barreiras, buscando mudanças de atitudes, e ampliação da formação dos educadores, ou seja, adequar para se concretizar uma prática educativa inclusiva que respeite as diferenças. Tendo em vista que ainda são muitos os professores que não aceitam a ideia da inclusão em suas salas de aula porque não se sentem preparados para receber tais alunos.

A inclusão deve fazer parte do cotidiano escolar, pois ela é um fator preponderante na construção de um ensino de qualidade para todos os alunos, sejam eles com necessidades especiais ou sem necessidades especiais. Portanto, é indispensável que as escolas tenham compromisso de oferecer apoio aos professores e a família para que todos os alunos consigam desenvolver suas capacidades e potencialidades, em um ambiente sem discriminações e preconceitos. Diante disso, é preciso procurar meios para que esse cenário inclusivo realmente aconteça na escola de modo que a criança com NEE tenha suas necessidades educacionais atendidas e compreendidas, assim sua inserção possibilitará sua integração como cidadão ativo e participativo.

Na concretização de uma escola inclusiva é fundamental a participação de todos os autores, família, professor, gestores escolares e principalmente o aluno, para que o fenômeno aqui estudado (inclusão escolar) seja visto como uma oportunidade de ampliar a visão acerca da escola e de sua importância como contexto social e cultural. Esta pesquisa busca por meio de um estudo de caso, realizado na Escola Municipal M. P.O.S.S, que faz parte da rede pública de ensino do município de Carinhanha-BA. Vivenciar de perto a participação destes autores, e como esta tem ajudado na consolidação de uma escola inclusiva, onde todos sejam vistos como seres únicos, que carregam consigo vivências que ajudarão na construção de uma visão de mundo coletiva e participativa, onde um ajuda o outro na aquisição e implementação do conhecimento.

A investigação do trabalho pautou-se na abordagem qualitativa por meio de um estudo

de caso da ação metodológica de uma professora e seu aluno com necessidade educacional especial. Para tanto, essa opção metodológica me possibilitou condições de compreender, discutir e analisar as informações obtidas em campo. Os participantes da pesquisa foram: uma professora dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, a diretora da escola, a psicóloga que atende Núcleo de Atendimentos Especializado da Educação Inclusiva de Carinhanha – BA - NAEIC, a mãe do aluno com necessidades especiais, e a participação do aluno se dará por meio de observação da sua participação em sala de aula e sua relação no contexto familiar.

Este trabalho está organizado em cinco capítulos: No primeiro capítulo, Fundamentação Teórica, analisamos conceitos como *Educação Inclusiva e política da educação para todos*, que trata de assuntos referentes ao sistema educacional a partir do direito de todos. Também discorre sobre a *aprendizagem* como algo inerente ao ser humano, tendo como base os estudos de Vigostki. Aborda a *relação família e escola* como estratégia à inclusão. No segundo capítulo apresentamos os objetivos que orienta a pesquisa. No terceiro capítulo é apresentada a metodologia utilizada na pesquisa, explicando quais mecanismos de pesquisa foram utilizados na concretização deste estudo. No quarto capítulo apresentamos o resultado da pesquisa, dialogando com os dados colhidos com conceitos empregados por estudiosos da área. E por último as considerações finais sobre as conclusões as quais esse estudo chegou.

Considero que os resultados apresentados ao final desta pesquisa ajudarão a compreender melhor a escola que temos e a escola que buscamos, dentro de um cenário onde as diferenças sejam vistas como oportunidade de conhecer concepções de mundo diferenciadas, acerca do processo de ensino.

II - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo são abordados conceitos teóricos importantes acerca do tema estudado, suas implicações no desenvolvimento de uma escola inclusiva.

2.1 Educação Inclusiva e política da educação para todos

A educação inclusiva tem como objetivo tornar a educação capaz de acolher todo indivíduo, independente das diferenças, desse modo, busca a superação das situações de preconceito existentes, muitas vezes por questões culturais, entre os diversos contextos no âmbito educacional. Um dos principais marcos para o fortalecimento da inclusão escolar de crianças e adolescentes com deficiência na escola regular, foi a declaração de Salamanca, que aconteceu em 1994 na Espanha na cidade de Salamanca, que objetivou rever os conceitos que predominavam acerca do processo de inserção da criança na escola. O principal objetivo foi garantir que as crianças com necessidade educacionais especiais – NEE, tivessem a mesma oportunidade de estudar e desenvolver seus conhecimentos e potencialidades na escola regular, acabando assim com um processo segregador que imputava a separação de crianças com deficiência das ditas normais.

A Constituição Federal (1988) que, em seu Art. 205, diz:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A Constituição já garante o direito a todas as crianças de serem matriculadas na escola regular, porém sabemos que só garantir não é suficiente é preciso regulamentar e construir bases que ajudem na plena inserção das crianças na educação básica, principalmente quando nos referimos às com NEE. Tendo em vista essa necessidade, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN nº 9.394/96, também referenda a educação como direito de todos, e ainda garante atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência.

Art. 59º. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

- I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;
- II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas

deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Sendo assim, faz-se necessário que os profissionais da educação, sejam preparados para saberem trabalhar com a diversidade na escola, construindo novas alternativas de ensino, que sejam pautadas nas reais necessidades do educando. Para conceber uma educação para todos é preciso que o sistema de ensino público vigente seja renovado, oferecendo ao professorado condições de trabalho e formação continuada. Como diz Rego (1995), a escola deve ser um espaço para as transformações, as diferenças, o erro, as contradições, a colaboração mútua e a criatividade. Sendo assim todos têm direito a participar deste ambiente onde a diferença não seja vista como fator impossibilitador, mas como forma de conhecer e compreender novos mundos e conhecimentos.

A dimensão de políticas inclusivas garante,

Que a inclusão permeie todos os planos da escola e envolva a todos. As políticas encorajam a participação das crianças e professores desde quando estes chegam à escola. (...) a política de suporte envolvem todas as atividades que aumentam a capacidade da ambientação de responder à diversidade dos envolvidos nela, de forma a valorizar a todos igualmente (BOOTH 2012, p. 46 apud VENTURINE: SANTIAGO, 2013, p. 583).

Sendo assim o educador necessita ter competência para saber conviver com as diferenças, vencendo os preconceitos, estando preparado para lidar com as novas situações que surgirão na sala de aula. Portanto é importante que os professores se apropriem de conhecimentos que levem em consideração a diversidade dos alunos.

Atualmente o movimento pela educação inclusiva é um ato político, que envolve muitas ações relacionadas ao meio cultural, social e pedagógica, uma vez que todos os alunos devem participar e aprender juntos, usufruindo de todos os benefícios sem qualquer tipo de exclusão e discriminação. Tal movimento possibilita o acesso e a permanência dos alunos com necessidades educacionais especiais na escola, ou seja, é fundamentada na concepção de direitos humanos em favor da igualdade e do respeito à diferença.

Neste contexto, os paramentos legais são importantes para a consolidação de um sistema inclusivo na escola pública brasileira, contudo, sabemos que há um longo caminho para ser trilhado e descortinado, para que a criança com NEE seja vista como um educando com possibilidades de desenvolvimento e potencialidades a serem aprimoradas no processo de ensino aprendizagem na escola.

2.1.1 Pessoa com Necessidade Educacional Especial

A educação inclusiva ganha espaço no cenário nacional, após a Declaração de Salamanca de 1994, que buscava garantir uma escola para todas as crianças, abolindo assim a separação existente que condicionava a criança com necessidades educacionais especiais a frequentar ambientes educacionais diferenciados.

O contexto apresentado demonstra o quanto a escola ainda está despreparada para consolidar um processo educacional inclusivo, onde a singularidade e as diferenças sejam vistas como parte integrante do processo de ensino em sala de aula, a necessidade educacional apresentada não deve ser vista como um impedor, Kelman (2010, p. 24) descreve esse cenário demonstrado que a criança cria novos caminhos para aprimorar seu conhecimento:

Essa noção ressalta a plasticidade do funcionamento humano: crianças cegas buscam caminhos alternativos para poder receber a informação e, por conseguinte, aprender. Crianças surdas, dependem do que hoje vem sendo conhecida como pedagogia visual. Dessa forma, pode-se dizer que apesar das leis gerais serem as mesmas, existem possibilidades distintas de desenvolvimento, o que caracteriza a singularidade do desenvolvimento de crianças com necessidades especiais.

A concepção apresentada evidencia a capacidade que o ser humano tem de criar novos caminhos no seu desenvolvimento. Sendo assim, é preciso compreender que cada ser é único e pensar o processo inclusivo de forma uniforme é um erro que incapacita uma concepção ampla sobre a questão, “dito de outra maneira, não se pode generalizar que todos os cegos, os surdos ou os paralisados cerebrais são iguais” (KELMAN, 2010, p. 24). Essa generalização ainda é um dos problemas para a implementação de um sistema educacional inclusivo, afinal é sabido que fazemos parte de uma mesma espécie a humana, contudo, cada ser humano tem um jeito único de ver e compreender o mundo a sua volta, como também necessidades diferenciadas para interagir e nutrir-se das informações do meio ao qual está inserido. Para

Vigostki (1991, p. 56) esse contexto deve ser visto de forma ampla possibilitando variadas práticas.

O aprendizado é mais do que a aquisição de capacidade para pensar; é a aquisição de muitas capacidades especializadas para pensar sobre várias coisas. O aprendizado não altera nossa capacidade global de focalizar a atenção; ao invés disso, no entanto, desenvolve várias capacidades de focalizar a atenção sobre várias coisas.

Assim, ao possibilitar que saberes diferentes interajam no contexto escolar abre-se possibilidades a caminhos à aprendizagem significativa. Desse modo, interagir com a pessoa que tem cegueira, surdez ou paralisia cerebral é possível identificar a qualidade das experiências que ela adquire nas interações e de que forma se constitui e se configura sua estrutura psíquica e o seu funcionamento humano (KELMAN, 2010).

Por essa lógica, fica claro que é preciso compreender que a criança que apresenta necessidades educacionais diferenciadas não está impossibilitada de aprender e desenvolver suas potencialidades, pelo contrário, ela pode, contudo é preciso uma mudança de paradigma da escola na realização de práticas e metodologias que levem em conta as reais necessidades desse sujeito, possibilitando assim que cada um receba o que precisa e principalmente consiga desenvolver seu senso de coletividade por meios das relações existente no meio educacional.

2.2. Aprendizagem

A aprendizagem é algo inerente ao ser humano, com base na vertente vigotskiana o ser humano desenvolve seu conhecimento de si próprio e do mundo por meio das relações interpessoais existentes na sociedade. Segundo Tunnes, Tacca e Mitjáns, (2006), Vigostki considera que aprendizagem está condicionada ao meio ao qual o indivíduo está inserido, a variedade de saberes e concepções de mundo, são de suma importância para o condicionamento dos fenômenos conceituais da aprendizagem, quanto mais diversificado for o meio cultural e social, mais o sujeito vai ter a oportunidade de fazer diferentes e diversificadas assimilações e, por vezes, internalizações de conhecimento.

Quando trazemos esse conceito para o cenário inclusivo vemos que a educação ainda precisa avançar, para que realmente a escola seja um lugar para todos.

Aprendemos muitas coisas no curso de novas vidas. Algumas dessas aprendizagens decorrem da nossa relação direta com os objetos e com os acontecimentos de que participamos; outras decorrem da intenção de um outro ser que, efetivamente, se propõe a nos ensinar (TUNNES, TACCA e MITJÁNS, 2006, p. 10).

Ao longo da história humana, muitos teóricos e estudiosos buscaram compreender os mecanismos que condicionam o desenvolvimento da aprendizagem humana. “No caso da aprendizagem humana, considerada pela grande maioria dos teóricos como localizada no topo de uma hierarquia de complexidade, a questão formulada torna-se plena de sentido” (TUNNES, TACCA e MITJÁNS, 2006, p. 10). Assim, fica claro que condicionar aprendizagem a um fator é indicar que todo ser humano segue um mesmo caminho na construção do conhecimento, reduzindo assim as inúmeras possibilidades existentes acerca deste tema tão controverso, que até hoje causa inquietação e posições divergentes no ramo da educação e da psicologia.

A teoria histórico cultural evidencia a importância do meio e das relações interpessoais para o desenvolvimento e ampliação dos conhecimentos. Vigotski considera que é no meio social e cultural que a pessoa consegue vivenciar e nutrir-se das informações por meio do contato com um adulto mais experiente.

O aprendizado é considerado um processo puramente externo que não está envolvido ativamente no desenvolvimento. Ele simplesmente se utilizaria dos avanços do desenvolvimento ao invés de fornecer um impulso para modificar seu curso (VYGOTSKI, 1991, p. 53).

Esse cenário apresentado por Vigotski deixa claro que o ser humano vai construindo seu conhecimento de mundo ao longo da sua vida que um ambiente rico em informações possibilitará uma maior assimilação e acomodação de conhecimentos. Tendo em vista que a escola é um dos contextos que compõe esta esfera cultural e social, o professor sendo uma pessoa mais experiente deve ajudar no processo de desenvolvimento da criança por meio de práticas e metodologias voltadas a realidade e as necessidades educacionais apresentadas por ela, promovendo o que Vigotski (1991) chamaria de zona de desenvolvimento proximal. Para o estudioso é na zona de desenvolvimento proximal que a criança consegue ampliar sua visão acerca dos conteúdos educacionais e dos conceitos que permeia a sociedade ao qual está inserida.

Neste contexto, a aprendizagem não deve ser condicionada ao desenvolvimento mental ou psicológico, mas a inúmeros outros fatores que permeiam a vida em sociedade. A

aprendizagem escolar, então, não deve ser vista de forma diferente, afinal todo o conhecimento de mundo que a criança traz consigo será importante na ampliação do seu conhecimento. Assim, é preciso que professores e demais profissionais da educação compreendam que a criança não chega a escola vazia de conhecimento, as relações vivenciadas no contexto familiar social e cultural devem ser vistas como forma de levar esse novo conhecimento como parte da realidade vivenciada por ela, assim é preciso ampliar o leque existente para que o processo de ensino-aprendizagem vá além de regras e métodos e passe a ter utilidade real na vida do aluno.

2.2.2. Direito à aprendizagem

A educação é um direito garantido na Constituição Federal (1988), mas é preciso ir além deste contexto apresentado, pois para realmente garantir o direito aprendizagem é preciso considerar os variados contextos aos quais a criança se insere no seu cotidiano, para, a partir desta compreensão, implementar práticas e metodologias que versem a realidade.

Quando voltamos este olhar para a educação inclusiva, ainda nos deparamos com a falta de garantias que a criança com deficiência e/ou com alguma outra NEE enfrenta para frequentar e participar como sujeito ativo do universo regular da escola pública, “A sustentação de um projeto escolar inclusivo implica necessariamente mudanças em propostas educacionais da maioria das escolas” (MANTOAN, 2012, p. 31). Sendo assim, é preciso ir além de propostas reducionista que há muito tempo fundamentam as bases que orientam a escola pública. É preciso sair do comodismo e colocar em prática uma pedagogia a partir do descreve Mantoan (2004, p. 31)

As propostas educacionais que dão conta de uma concepção inclusiva de ensino refletem o que é próprio do meio físico, social, cultural em que a escola se localiza e são elaboradas a partir de um estudo das características desse meio. Embora mais difíceis de serem concretizadas, não são utópicas, demandam inúmeras ações, descritas e estruturadas no plano político pedagógico de cada escola.

Sabe-se que garantir o direito a educação vai muito além do que a simples inserção da criança NEE na escola é preciso ir além deste contexto, pois a escola deve ser um local onde a diversidade seja trabalhada para a ampliação do conhecimento e das potencialidades de todos os educandos, sem fazer distinção. Essa realidade pode ser vivenciada ao se

Desenvolver o que se ensina e aprende, e como se ensina e aprende, de forma a refletir valores e políticas inclusivos. (...) a aprendizagem é orquestrada de modo que o ensino e as atividades de aprendizagem se tornam responsivos à diversidade de jovens na escola. As crianças são encorajadas a ser ativas, reflexivas, aprendizes críticas e são vistas como um recurso para a aprendizagem uma das outras. Os adultos trabalham juntos de modo que todos assumem responsabilidade pela aprendizagem de todas as crianças (BOOTH, 2012, p. 46 apud VENTURINE, SANTIAGO, 2013, p. 583).

Diante disso, é visto que o desenvolvimento do aluno não deve se limitar a sua deficiência, pois cada pessoa é única e pode se desenvolver nos diversos contextos. Porém, promover a inclusão de alunos com NEE não é tarefa fácil, é preciso criatividade, persistência e dedicação na realização de um trabalho diferenciado em sala de aula. Por isso, é necessário que o educador reconheça sua função de mediador de aprendizagem para todos os docentes, uma vez que essa intervenção necessita de ser desprovido de preconceito e exclusão.

Frente ao exposto percebe-se que muito ainda precisa ser feito para que os alunos com necessidades educacionais especiais sejam incluídos. Uma vez que faltam salas apropriadas, materiais, recursos visuais, metodologias e principalmente de professores com formação adequada para de fato atender todos os alunos com necessidades educacionais especiais, independentemente de suas especificidades.

O direito à educação é um passo a ser dado pela escola no caminho de um cenário inclusivo, uma vez que é sua responsabilidade social garantir o direito à aprendizagem e desenvolvimento em conjunto sua visão de mundo e de si mesmo. No entanto, conhecer as condições de desenvolvimento do aluno é de vital importância para a construção de um cenário inclusivo em que os parâmetros a serem seguidos sejam pautados na implementação de uma educação desenvolvida para todos, onde as diferenças sejam vistas como oportunidade de compreender melhor o mundo a sua volta. No próximo tópico continuamos esta discussão, focando nas dificuldades de aprendizagem, enquanto necessidade educacional especial, que muita criança, com deficiência ou não, vivencia na escola.

2.2.3. Dificuldades/problemas de aprendizagem e necessidade educacional especial

Ao longo do tempo a escola passou por inúmeras transformações que modificaram seu jeito de enxergar as práticas educacionais em sala de aula muitas destas mudanças foram

vistas como modismos que logo foram esquecidas, outras ainda fazem parte das práticas do cotidiano do professor. No entanto, em relação a educação inclusiva vemos que poucas mudanças ocorreram ao longo das últimas décadas, ainda nos deparamos com inúmeras crianças e jovens que estão na escola, mas não tem o acesso pleno ao desenvolvimento das habilidades de escrita e leitura, isso devido à falta de formação adequada do professor, entre outros fatores que dificultam o desenvolvimento de um processo inclusivo pleno nas instituições de ensino público.

Nesse sentido, aluno e professor são participantes ativos do processo de aprendizagem, o aluno não é um mero receptor, sua participação possibilita ao docente criar estratégias de ensino que venham ao encontro de suas necessidades, para isso é preciso que a escola seja um espaço possibilitador para isso, segundo Dessen e Polonia (2007, p. 22):

Ao desenvolver, por meio de atividades sistemáticas, a articulação dos conhecimentos culturalmente organizados, ela possibilita a apropriação da experiência acumulada e as formas de pensar, agir e interagir no mundo, oriundas dessas experiências. Concomitantemente, ela proporciona o emprego da linguagem simbólica, a apreensão dos conteúdos acadêmicos e compreensão dos mecanismos envolvidos no funcionamento mental, fundamentais ao processo de aprendizagem. Assim, a atualização do conhecimento cultural e sua organização constante são premissas importantes para entender o papel dela e sua relação com a pessoa em desenvolvimento.

Pensando por esse pressuposto, no âmbito escolar muitas crianças com dificuldades em avançar em seu processo de aprendizagem não são atendidas em suas necessidades educacionais a partir dessas adequações didático-pedagógicas. Sendo, às vezes, responsabilizadas por esse resultado devido à inabilidade ou lacuna na capacidade de aquisição do conhecimento (PATTO, 1988). Outro fator preocupante é quando a escola aguarda a avaliação médica para poder decidir que estratégia adotar para atender a criança em suas necessidades no processo de aprendizagem (BRIDI, 2010; CAMPO, SILVA e LUZIVOTTO, 2013) Situação que o próprio Ministério da Educação – MEC, por meio da Nota técnica nº 4, adverte para o fato de que

Não se pode considerar imprescindível a apresentação de laudo médico (diagnóstico clínico) por parte do aluno com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação, uma vez que o AEE (*Atendimento Educacional Especializado*) caracteriza-se por atendimento pedagógico e não clínico. Durante o estudo de caso, primeira etapa da elaboração do Plano de AEE, se for necessário, o professor do AEE, poderá articular-se com profissionais da área da saúde, tornando-se o laudo médico, neste caso, um documento anexo ao Plano de AEE. Por isso, não se trata de

documento obrigatório, mas, complementar, quando a escola julgar necessário. O importante é que o direito das pessoas com deficiência à educação não poderá ser cerceado pela exigência de laudo médico (Grifo nosso).

E essa falta de atenção às necessidades das crianças NEE pode gerar e tornar o quadro mais complexo, isso porque sabemos que as dificuldades de aprendizagem do aluno com necessidade educacional especial - ANEE pode estar condicionado à falta de metodologias e práticas que levem em conta suas necessidades educacionais.

Quando a educação escolar não é segregadora, isto é, não separa os alunos por suas consideradas, mas não necessariamente reais, incapacidades de aprender e/ou de conviver, há ganhos na formação individual dos que têm e dos que não têm deficiência (CROCHÍK, 2012, 41).

Assim, é preciso ampliar as concepções metodológicas existentes possibilitando que o ambiente escolar seja um local de muita colaboração, onde saberes sejam repassados por meio da interlocução de professores e alunos no cotidiano da sala de aula e dos demais espaços da escola.

Compreender o problema talvez seja o primeiro passo a ser dado na mudança de postura por parte dos professores que precisam ser preparados para trabalhar a diversidade que a perspectiva da escola inclusiva propõe,

Nessa linha argumentativa, compreende-se que *as diferenças não devem ser um problema para a experiência escolar*, pois antes disso, elas ampliam e transformam o que somos, em novas possibilidades de ensinar e aprender (MENDOÇA e MIETO, 2015, p.4, grifo nosso).

Para Mantoan (2004) é preciso apoiar os professores para que as dúvidas e dificuldades sejam vencidas, pois é o professor a mola mestra deste cenário, não adianta melhorar a estrutura física e pedagógica escolar sem que o professor também faça parte desta transformação. Qualificar o professor é um dos caminhos, contudo, é preciso também trabalhar a sensibilidade na crença no potencial de aprendizagem do educando, uma vez que muitos dos problemas relacionados às dificuldades de aprendizagem do ANEE se relacionam à descrença do educador sobre a capacidade deste indivíduo em desenvolver seu conhecimento. Neste contexto, a educação deve condicionar o aprendizado não somente ao mérito de alguns, mas ao direito que toda a criança tem de aprender.

Em continuidade a essa construção, o tópico a seguir discorre sobre a relação família escola e suas implicações no desenvolvimento de um sistema inclusivo.

2.3. Relação família e escola como estratégia à inclusão

Sabe-se que o processo de inclusão social ainda caminha a passo lento e deparamos com vários empecilhos que impossibilitam o desenvolvimento das práticas inclusivas, os profissionais de educação ainda sentem dificuldade para atender a demanda e desenvolver estratégias de ensino que possibilite o aluno sua inclusão no contexto escolar. No entanto, para que a inclusão ocorra são necessárias oportunidades de interação e compartilhamento social na escola com boas práticas educacionais, ou seja, cabe à escola realizar adaptações organizacionais e fornecer apoios quando necessários, abrindo espaços para aprendizagem, desenvolvimento e interação social. É por meio desse contexto que as crianças desenvolvem padrões de socialização, constrói os seus conhecimentos que foram obtidos durante sua experiência de vida.

Conforme afirmar Dessen e Polônia (2007, p. 22), tanto família como escolar:

São responsáveis pela transmissão e construção do conhecimento culturalmente organizado, modificando as formas de funcionamento psicológico, de acordo com as expectativas de cada ambiente. Portanto, a família e a escola emergem como duas instituições fundamentais para desencadear os processos evolutivos das pessoas, atuando como propulsoras ou inibidoras do seu crescimento físico, intelectual, emocional e social.

Sabemos que na aprendizagem de indivíduos com NEE o meio ao qual estão inseridos é muito importante, neste contexto, a família tem um papel relevante. Por esse motivo, é preciso ter um trabalho em conjunto com a escola, avaliando e acompanhando constantemente o desenvolvimento dos alunos, pois não basta inserir no contexto das salas de aula de ensino regular é relevante que a escola abra suas portas para que as famílias se inteirem mais do processo educacional de seus filhos.

Como destaca Kreppner (2000) apud Dessen e Polônia (2007, p. 22):

A família é também considerada a primeira instituição social que, em conjunto com outras, busca assegurar a continuidade e o bem estar dos seus membros e da coletividade, incluindo a proteção e o bem estar da criança. A família é vista como um sistema social responsável pela transmissão de valores, crenças, idéias e significados que estão presentes nas sociedades.

Com base nesse pressuposto Moore (2005 apud CARVALHO, 2010), considera que é importante a parceria da família na construção da educação, não apenas ajudando na realização das atividades, mas indo além, participando da vida escolar, ajudando na construção de um ambiente favorável ao desenvolvimento da criança.

Diante disso, as escolas precisam oferecer condições físicas e humanas para o desenvolvimento do estudante com NEE, portanto é de extrema importância que os professores tenham a sua disposição instrumentos para atender as necessidades apresentadas pelos alunos, pois “o papel da família tem sido cada vez mais ressaltado, pois ela é uma parceira vital no processo de integração, tanto social quanto escolar, do portador de deficiência” (SANTOS, 1999 apud CASSALES, LOVATO E SIQUEIRA, 2011, p. 36).

No entanto, apesar do processo de inclusão vir ocupando espaço na escola pública, ainda não proporciona condições estruturais e ensino de qualidade para todos os estudantes que apresentam necessidades educacionais especiais. Dessa forma, é visto que a escola atual tem um grande desafio em promover uma educação de qualidade na perspectiva da educação inclusiva, de modo a propiciar condições favoráveis à aprendizagem e desenvolvimento dos alunos. Para isso, o espaço escolar precisa ser planejado de modo a potencializar as oportunidades de aprendizagem dos educandos, no qual requer um atendimento especial com profissionais especializados que o incentive a desenvolver o seu potencial por meio de atividades que o estimulem a refletir, discutir, criar, inovar e aumentar as suas habilidades.

Diante desse contexto, é preciso que família e escola estabeleçam uma relação de parceria, pois ambas contribuem com o aprendizado e o desenvolvimento da criança na sociedade atual. Portanto, é essencial que sejam implementadas estratégias que garantam a aproximação entre os dois contextos, de modo a reconhecer suas características e semelhanças do processo de desenvolvimento e aprendizagem não só em relação ao aluno, mas de todos os envolvidos com o procedimento educacional.

III OBJETIVOS

3.1 Objetivo geral

- Conhecer quais caminhos e ações a família e a escola podem buscar juntas para a realização da inclusão escolar do estudante com necessidade educacional especial, de forma que promova a aprendizagem e o desenvolvimento pessoal deste na perspectiva da educação inclusiva.

3.2. Objetivos específicos

- Verificar como se dá a abordagem de inclusão escolar pelos profissionais no âmbito da escola;
- Identificar como escola e família podem desenvolver parceria em favor do ensino e aprendizagem da criança com necessidade educacional especial na perspectiva da educação inclusiva;
- Verificar quais são as maiores dificuldades (ou possibilidades) que a escola e família encontram ao trabalhar com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais.

IV METODOLOGIA

4.1 - Fundamentação Teórica da Metodologia

O trabalho pauta-se na abordagem qualitativa, essa opção metodológica me possibilitará melhores condições para compreender, discutir e analisar os dados coletados em campo, pois possibilita compreender o contexto culturalmente em processo de mudança (MACIEL e RAPOSO, 2010). Segundo Silva (2005, p. 20) “o ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento chave”. Como método será realizado um estudo de caso, tendo a perspectiva de avaliar a possibilidade de conhecer e entender, os caminhos e ações que a escola e família têm adotado para garantir à criança suas necessidades educacionais atendidas.

4.2 - Contexto da Pesquisa

A pesquisa foi realizada na Escola M. P.O.S.S, no município de Carinhanha-BA. É uma escola de pequeno porte, foi inaugurada em 1994, acolhendo sempre alunos da Educação Infantil e Ensino Fundamental Clico Inicial (1ª ao 3ª ano), no período matutino (07:30 às 11:30 h.), e vespertino (13:00 às 17:00 h.). Com faixa etária de 05 a 08 anos, num total de 241 alunos matriculados, sendo 14 com necessidades educacionais especiais. O quadro de funcionários conta com 14 professores, 04 funcionários de apoio, diretora, vice-diretora e coordenadora pedagógica.

A entidade de ensino é composta por uma diretoria conjugada com secretaria, um banheiro masculino e outro feminino, seis salas, um pátio, uma cantina, um laboratório de informática e uma dispensa.

4.3- Participantes

Os participantes da pesquisa são: uma professora que atua no 1ª ano do Ensino Fundamental, que está concluindo sua graduação em Letras, a diretora da escola, que é formada em História, a psicóloga que atende no Núcleo de Atendimento Especializado da Educação Inclusiva de Carinhanha – BA - NAEIC, a mãe do aluno com necessidades especiais e o aluno. Para preservar os participantes foram criados nomes fictícios para a

realização do estudo dos dados colhidos na pesquisa. Fernanda foi o nome escolhido para a diretora da escola, Carla para a professora regente da turma onde estuda o aluno com NEE ao qual chamaremos de Manoel, e Rafaela para a psicóloga que atende o aluno no NAEIC.

Manoel tem 06 anos de idade, frequenta a escola regular há dois anos, mas nunca teve suas necessidades educacionais atendidas e compreendidas pela escola, ele é uma criança isolada do restante da turma, não consegue interagir com os colegas e professora, fica sempre sozinho e não responde aos contatos feitos pela regente da turma, Manoel frequenta a classe do 1ª do Ensino Fundamental, não por causa do conhecimento aprendido na escola, mas por causa da sua idade que se enquadra na idade /série da turma.

4.4 – Materiais e Instrumentos de Construção de Dados

Foram utilizados os seguintes materiais: computador; gravador; impressora; tinta impressora; caneta e papel A4.

Os instrumentos utilizados nesta pesquisa foram os seguintes: gravações em áudio, diário de campo para registro das observações das situações cotidianas e rotineiras da escola; entrevista gravada, questionários. O roteiro da entrevista (Apêndice A) foi respondido pela professora, diretora, psicóloga, no mesmo constam 13 (treze) questões abertas e subjetivas para professora, 12 (doze) para diretora, 11 (onze) para psicóloga; o roteiro de entrevista gravada (Apêndice B) foi respondido pela mãe contendo 13 (treze) questões abertas e subjetivas.

As observações foram realizadas em sala de aula e no recreio, utilização de diário de campo em situações cotidianas e rotineiras da escola.

4.5 - Procedimentos de Construção de Dados

A pesquisa foi realizada por meio de observações do contexto pesquisado e de um questionário aplicado com a diretora da escola pesquisada, uma professora e psicóloga que atende no NAEIC e entrevista gravada com a mãe do aluno. As perguntas foram embasadas nos objetivos propostos na pesquisa, que gerou duas categorias de análises: O estudante com necessidade educacional especial e o contexto escolar e O estudante com necessidade educacional especial e o contexto familiar. Pretendia também analisar o Projeto Política

Pedagógica – PPP da escola, mas o mesmo ainda está em construção, segundo a gestora da escola, está sendo construído em consonância com o plano municipal de educação.

A escolha da escola surgiu porque já tinha realizado uma pesquisa da disciplina Organização da Educação Brasileira – OEB durante a graduação, então por já conhecer e saber que naquele tempo a escola já atendia crianças com necessidades educacionais especiais conversei com a diretora da escola e marquei uma visita para conhecer a realidade atual.

Realizei outra visita à escola onde observei a estrutura física e material, neste dia também foi colhida a assinatura na Carta de Apresentação e Aceite Institucional por parte da gestora escolar. O segundo passo foi realizar uma conversa com a professora e diretora, no terceiro foi realizar a entrevista semiestruturada com a professora e a diretora e entregar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que foi assinado pelas duas, no quarto passo realizamos um diálogo com a família sobre o relacionamento família e escola e entrevista gravada com a mãe do aluno com NEE, e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, no quinto passo foi realizada a entrevista semiestruturada com psicóloga que atende no NAEIC, e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Concomitante a essas etapas a observação foi realizada no período de três semanas de 8 a 25 de setembro de 2015.

4.6 - Procedimentos de Análise de Dados

Visando atender o enfoque principal do trabalho em compreender a realidade de um aluno com necessidades educacionais diferenciadas, como se dava sua relação com a escola e como era a participação da família, as informações obtidas foram analisadas levando em consideração as observações realizadas na escola e no contexto familiar, embasando-as em concepções teóricas que fundamentaram este trabalho de pesquisa e os objetivos específicos do trabalho. Em diálogo com a orientadora e reanálise das informações, percebemos que a análise e discussão dos resultados precisam explicar duas categorias específicas: (a) o estudante com necessidade educacional especial e o contexto escolar e (b) o estudante com necessidade educacional especial e o contexto familiar.

V - RESULTADOS E DISCUSSÃO TEÓRICA DOS RESULTADOS

Neste capítulo analisaremos as informações obtidas na pesquisa empírica conforme descrito no capítulo Metodologia. Com base nas categorias construídas, o estudo será organizado nas seguintes seções: (a) O estudante com necessidade educacional especial e o contexto escolar e (b) O estudante com necessidade educacional especial e o contexto familiar. Informamos que para melhor distinguir das citações bibliográficas as falas transcritas dos entrevistados serão apresentadas em itálico e entre aspas.

5.1 O estudante com necessidade educacional especial e o contexto escolar

Nesta seção discutiremos as informações sobre a percepção escolar em relação à concepção de educação inclusiva e ao trabalho com estudante com necessidade educacional especial.

Sobre esse ponto, na observação de campo que fizemos na escola, o que se compreende é que a escola não tem suporte profissional e estrutural para receber alunos com necessidades educacionais, o que se percebe é que há somente um processo de integração, contudo, as necessidades educacionais do aluno não são supridas e nem compreendidas pela escola, para confirmar o que foi analisado nas observações, são apresentados os dados colhidos por meio de entrevista com a diretora, professora, mãe e psicóloga.

Em relação às entrevistas, questionamos a professora Carla e a diretora Fernanda, sobre o que elas entendiam a respeito da educação inclusiva. A professora Carla afirma que *“compreende a educação inclusiva como um processo dinâmico, que tem por finalidade garantir a todos o direito a educação”*. A diretora Fernanda respondeu que *“a educação inclusiva é um direito à diversidade, onde gestores e educando têm acesso a cursos, voltados para o ‘aprender a lidar’ com situações em que o protagonista possua algum tipo de deficiência”*.

Perguntadas sobre sua concepção, e quais os subsídios necessários para que haja a inclusão de alunos com deficiência. A professora Carla respondeu que *“é necessário que haja uma proposta educacional que funcione de verdade, é preciso preparar os profissionais os funcionários e a própria escola no intuito de incluir os alunos com deficiência em classes regulares”*. Para a diretora Fernanda *“primeiramente o apoio, o efeito, acompanhamento de órgãos competentes que faça acontecer de fato à inclusão. E não apenas a integração.”*.

Questionadas se a escola possui estrutura física e os recursos necessários para atender esse aluno com deficiência. A professora Carla afirma que *“a escola possui estrutura física para esses alunos, porém há uma exceção no caso dos cadeirantes porque não tem rampas e banheiros apropriados, no que se referem a recursos a escola não dispõe de recursos adequados a esses alunos com deficiência”*. Já a diretora Fernanda, *“considero a estrutura física é razoável. Porém ainda não possui sala de recursos apropriada para atender essas crianças. Assim como não há professores capacitados, suficiente para atender a demanda.”*.

As questões abordadas demonstram que é preciso ampliar a concepção acerca da educação inclusiva, isso porque a *“inclusão é uma possibilidade que se abre para o aperfeiçoamento da Educação Escolar e para o benefício de todos os alunos, com e sem deficiência”* (MANTOAN, 2004, p.27). Tendo em vista as respostas da diretora e da professora, vemos que a escola ainda se inicia no processo de apropriação da concepção de Educação Inclusiva, pois o conhecimento da área, metodologias diferenciadas, estrutura física e matéria são fundamentos importantes para essa realização. Assim descreve Mantoan, quando diz:

Cumprir o dever de incluir todas as crianças na escola supõe, portanto, considerações que extrapolam a simples inovação educacional e que implicam o reconhecimento de que o outro é sempre e implacavelmente diferente, pois a diferença é o que existe, a igualdade é inventada e a valorização das diferenças impulsiona o progresso educacional (MANTOAN, 2004, p. 28).

A diretora ao ser perguntado se a escola tem dado algum tipo de orientação, formação ao professor para trabalhar com o aluno com necessidades educacionais especiais. Disse que sim. *“Através da SEMEC – Secretaria Municipal de Educação, duas professoras do quadro participaram de um curso de formação para esse público”*. Perguntamos a professora Carla se ela já havia participado de algum curso para atuar com educação inclusiva, e em caso positivo, quais, e, ainda por conta própria ou por oferta de formação contínua da Secretaria de Educação, a docente respondeu não ter feito nenhum curso para educação inclusiva, porém considera importante ter essa formação para atuar na área.

Nesse quesito a psicóloga acrescenta sobre a importância do processo de formação contínua dos professores para o trabalho com alunos com necessidades educacionais especiais *“Certamente, a ausência de uma formação específica traz para escola, principalmente para*

os docentes, uma sensação de impotência, de não saber como agir diante da diferença trazida à escola pela inclusão.”.

Sabemos que a formação acadêmica e continuada do profissional da educação é algo indispensável, “dinamiza-se a formação permanente e concreta dos recursos humanos, desde os professores, ao pessoal administrativo, de limpeza” (FONSECA, 2012, p. 51). Pois, quando pensamos em humanizar o processo de ensino a equipe escolar toda deve estar envolvida para que a criança com NEE se sinta acolhida em todos os ambientes da escola.

Essa questão leva a outra indagação sobre o fato dos professores da rede pública de ensino estarem preparados para receberem alunos com alguma deficiência, cujas respostas das entrevistas revelam que:

“Os professores da rede pública não estão preparados para receberem alunos com deficiência intelectual, visual, auditiva, pois as salas de aula possuem muitos alunos, o que dificulta uma atenção do professor para ajudar na dificuldade do aluno os professores não possui recursos pedagógicos para atender a demanda do aluno” (PSICÓLOGA)

“As escolas públicas não estão adequadas às necessidades dos alunos, e o processo de inclusão ainda é um sonho distante” (PROFESSORA)

“São poucos professores da rede pública de ensino capacitados, enquanto que a demanda é bem maior. Também há falta de recursos financeiros para um atendimento eficaz”. (DIRETORA).

Ao se questionar sobre o fato das escolas deverem matricular crianças com necessidades educativas especiais em escolas ditas comuns ou escolas especiais e por quê. Carla diz que *“acredita que o problema não é a escola, mas a falta de políticas públicas voltadas para o processo de educação como um todo”*. Já Fernanda fala que depende da estrutura física e organizacional da escola, pois se for equipada de recursos e possuir uma estrutura recomendável, sim. Do contrário melhor que não. Rafaela, contudo, considera que crianças com necessidades educativas especiais, devem ser matriculadas em escolas comuns:

“Porque os alunos com necessidades especiais apresentam dificuldades, assim como os demais alunos e as escolas precisam redefinir suas práticas pedagógicas, universalizar o acesso, analisar a demanda dos alunos e viabilizar um espaço contínuo de diálogo com a comunidade escolar. ”.

Cardoso (2012, p. 23) considera a necessidade de ver esse processo de forma diferenciada, pois o papel da escola vai além do processo metodológico e da prática em sala de aula, quando diz que:

Papel da Educação Especial assume, a cada ano, importância maior, dentro da perspectiva de atender às crescentes exigências de uma sociedade em processo de renovação e de busca incessante da democracia que só será alcançada quando todas as pessoas, sem discriminação, tiverem acesso à informação de sua plena cidadania.

Neste contexto, a escola assume papel importante dentro do contexto social, o de garantir o acesso ao conhecimento e a cidadania, concepções sobre separação de alunos com NEE e alunos sem NEE, não deve ser aceita no cenário educacional atual. A Diretrizes Nacionais da Educação Especial na Educação Básica diz que “A inclusão escolar constitui uma proposta que representa valores simbólicos importantes, condizentes com a igualdade de direitos e de oportunidade educacionais para todos, mas encontra ainda sérias resistências” (BRASIL, 2001, p. 26).

Ao perguntar para a professora Carla e a diretora Fernanda, quanto ao currículo, se foi adaptado de acordo com as necessidades individuais educacionais de cada aluno e o porquê, e como tem feito:

“Até o presente momento segue de acordo com a proposta pedagógica do município e com a proposta para a educação infantil” (PROFESSORA).

“Sim, com consonância com a SEMEC, a escola põe em prática currículo definida pela proposta do município. E alunos com necessidades educacionais são encaminhados ao NAEIC no contra turno. Já que a escola não possui recursos próprios” (DIRETORA).

Como percebido antes, as adequações ainda são pensadas como resultante de encaminhamento para atendimento clínico, como apontado na fala da diretora, do que em relação as complementações e/ou substituições, reduções de conteúdos e estratégias didático-pedagógicas para desencadear o processo de aprendizagem do estudante.

Nesse mesmo passo, ao serem indagadas se o projeto político pedagógico da sua escola prevê ações para educação inclusiva e quais, a professora relata que “o projeto político da escola ainda está em discussão e que acredita que haverá um olhar diferente para esses alunos dentro da nova versão”. Já a diretora diz que “de certa forma sim. Pois sempre que a escola recebe convites de eventos promovidos para essa finalidade, se disponibiliza da

melhor forma possível, para que as crianças participem. Inclusive em oficinas do NAEIC e outros ”.

O PPP é instrumento indispensável para o bom andamento das ações da unidade, ou seja, quando bem construído e administrado, pode ajudar de forma decisiva a escola a alcançar os seus objetivos. A falta do mesmo, pode significar um descaso com a escola, alunos e com a educação em geral, que com certeza, refletirá no desenvolvimento da sociedade que a escola está inserida.

A necessidade de adequar o currículo escolar é algo que a escola deve buscar “a sustentação de um projeto escolar inclusivo implica necessariamente mudanças em propostas educacionais da maioria das escolas e em organização curricular idealizada e executadas pelos seus professores” (MANTOAN 2004, p. 29). Neste contexto é preciso deixar visões distorcidas sobre a educação, pois as “propostas educacionais que dão conta de uma concepção inclusiva de ensino refletem o que é próprio do meio físico, social, cultural em que a escola se localiza”.

Indagamos a diretora em relação ao Manoel que é um aluno com necessidades educacionais especiais, sobre como a escola trabalha a inclusão dele e quais os desafios que a escola tem de fato para atender esse educando com qualidade. Ela relata que *“com atividades diferenciadas, utilizando jogos pedagógicos e outras. Também com apoio dos demais funcionários, quando a situação se agrava. E um dos maiores desafios é proporcionar à criança algo atrativo, de maneira que o acalme e permaneça por mais tempo no âmbito escolar”*.

Com relação ao que a professora está fazendo para que o seu aluno com deficiência acompanhe o resto da turma. E quais as suas dificuldades de trabalhar com esse aluno. A mesma responde que: *“o fato desse aluno ter uma deficiência mental ou no caso intelectual, infelizmente, poucas atividades atendem as necessidades, mas nós procuramos fazer atividades voltadas para o lúdico quando há possibilidade para que atraia a atenção dessa criança”*.

Em relação a esse aspecto do trabalho pedagógico da escola-professor, apresentamos abaixo alguns episódios observados em sala de aula:

Dia 11/09/2015 tudo começou muito tranquilo, mas de repente Manoel começou a mexer-se a cada instante, mudando de posição na cadeira,

gesticulando desordenadamente, tirando os objetos dos lugares, empurrando as cadeiras, mesas destruindo os brinquedos, livros, ou seja, um constante turbilhão. *A direção levou para a secretaria, onde ficou tranquilamente pintando e fazendo seus desenhos.*

Dia 15/09/2015 a criança chegou tranquila, conseguiu pintar uma tarefinha, mas de repente ele começou a jogar os lápis nos colegas, empurrar, bater e a chamar os colegas de cabeça de vaca, filho de cavalo entre outras, fazendo uma verdadeira turbulência na sala de aula [...] A professora com muita paciência espera a criança se acalmar, para retornar a aula. Logo depois de alguns minutos tudo se repetiu, *a direção da escola levou para a secretaria*, e a criança pedia para ir embora que não gostava de estudar, *mas aos poucos ele foi se acalmando e começou a brincar com uns jogos educativos.*

Dia 18/09/2015 a criança chegou à escola bem tranquila, a professora iniciou sua aula normalmente, contando uma historinha dos cabritinhos, *e Manoel fez o reconto da historinha*, outras crianças contaram diversas histórias, mas *depois de uns 40 minutos* a criança começou a andar na sala, tirando as cadeiras e mesas dos lugares e os colegas começaram a correr e alguns me abraçavam outros a professora regente. Ficando assim por uns 30 minutos, quando tudo se *acalmou a educadora deu-lhe um jogo educativo e o mesmo ficou brincando por um bom tempo.*

Tendo em vista as respostas da diretora e da professora e os episódios destacados, compreendemos que a escola ainda está distante de uma realidade plausível, isso porque, em relação as observações das profissionais, a questão do trabalho inclusivo em sala de aula restringe apenas ao encaminhamento a um atendimento clínico, enquanto pedagogicamente, o que se percebe em sala de aula, conforme observado nesses episódios é que professor e estudante estão refém da falta de estratégias eficazes para possibilitar o processo de ensino e aprendizagem em relação às crianças com NEE.

Percebe-se que as atividades propostas à criança não atendem ao seu campo de interesse, a escola não percebe a potencialidade dela na área da ludicidade: jogos lúdicos, pinturas, conto e reconto de historinhas. Poderiam planejar estratégia com desafios de superação em atividades voltadas para esse campo. Assim, outro ponto importante, é que o estudante só pinta e brinca com jogos educativos, como forma de castigo pelo “mau comportamento” ou como passatempo.

A escola deve buscar alternativas para adequar sua proposta de ensino “a escola deve assumir o papel de propiciar ações que favoreçam determinados tipos de interações sociais, definindo, seu currículo, uma opção por práticas heterogêneas e inclusivas (BRASIL, 2001, p. 28-29). Sendo assim, cabe aos profissionais da educação buscar alternativas que levem a

construção de um modelo inclusivo na escola, pois a educação da realidade perpassa também por uma mudança de concepção.

Fica claro que a escola deve buscar novas alternativas, pois “para a construção de uma Escola verdadeiramente Inclusiva, não basta que os docentes adaptem o conceito de inclusão. É necessário que utilizem uma abordagem inclusiva do currículo” (JESUS; MARTINS; ALMEIDA, 2004, p. 69). Neste contexto, deve acontecer uma mudança de paradigma, uma vez que a escola deve se preparar para receber todos os alunos, visto que a inclusão deve acontecer na escola regular, assim se faz necessário “intervir na melhoria de condições e do ambiente educativo da escola numa perspectiva de fomento da qualidade e da inovação educativa” (Idem, p. 67).

No tópico a seguir analisaremos sobre outro campo dessa relação que é o contexto familiar.

5.2 O estudante com necessidade educacional especial e o contexto familiar

Nesta seção tem-se o propósito de trabalhar especificamente os principais pontos relatados por meio das entrevistas em relação à percepção da família/responsável da criança sobre o processo de inclusão escolar desta, a percepção/participação dos demais atores (escola, serviços de apoio/psicóloga) em relação ao suporte à família.

Assim, na entrevista realizada com a mãe de Manoel. Ao longo da entrevista buscamos dialogar com ela de modo que se sentisse à vontade para falar sobre seu filho e sobre o processo inclusivo dele na escola.

Ela relata que enquanto mãe de uma criança especial às vezes se sente meio constrangida porque a criança fica muito agitada, *“fica xingando, e o pessoal que está de fora fica perguntando, às vezes tem uns por perto que eu posso falar ‘é porque ele é especial’ e outras não, porque está meio distante, então não vou sair falando para todo mundo”*. Destaca que nunca teve dificuldade de matricular seu filho na escola e que também nunca ouviu falar em Educação Inclusiva.

Perguntamos como é que ela vê a escola no apoio da escolaridade de seu filho: *“À escola não tem um espaço para acolher ele do jeito que ele é, especial, então acho que não*

tem todo o apoio para ele não, acho que precisava de mais um pouco”. Ela ressalta que ele não tem atividades escolares para a casa, e as atividades não são atividades possíveis dele realizar, para mudar algo seria necessário um professor só para Manoel. *“Manoel gosta da escola, porque às vezes ele pede para ir para escola, até pergunta, meio sentido, se não vai voltar para escola”*.

Essa percepção da mãe corrobora muito com o que foi observado na seção anterior em relação às atividades que não focam e não são planejadas a partir das necessidades e zona de interesse pedagógico da criança. Além disso, outro ponto interessante o fato da criança sinalizar para mãe que “gosta de ir para a escola” contradiz a ideia observada no contexto escolar de que a criança prefere ficar em casa a ir para escola, já que quando está nesta apresenta-se irritado. O que muitas vezes se observou, como se vê nos episódios citados na seção anterior é que a criança apresenta alguns momentos de irritação e não estado permanente, quando lhe é proporcionada atividade que lhe motiva à atenção, tende a desenvolver sem maiores dificuldades comportamentais.

Assim, por esse viés de análise, quando se fala de inclusão escolar fica visível que ainda existe um parêntese sobre a realidade vivida pela escola e prática destacada nos estudos relacionadas à educação inclusiva, fica o questionamento sobre a necessidade de modificar o currículo escolar. “Um currículo inclusivo baseia-se no princípio de que as boas práticas são apropriadas a todos os alunos, de forma a conseguir-se uma aprendizagem significativa para cada aluno” (JESUS; MARTINS; ALMEIDA, 2004, p. 70). As Diretrizes Nacionais da Educação Especial na Educação Básica destacam que:

A política de inclusão de alunos que apresentam necessidades educacionais na rede de ensino não consiste apenas na permanência física desses alunos junto aos demais educandos, mas representa a ousadia de rever concepções e paradigmas, bem como desenvolver o potencial dessas pessoas, respeitando suas diferenças e atendendo suas necessidades (BRASIL, 2001, p. 28).

Neste sentido, é preciso ir além do que é feito atualmente, criar novas caminhos é um fator essencial para que essa realidade se torne algo normal na escola regular. Continuamos a nossa conversa com a mãe de Manoel que falou que *“conhecia muito pouco a professora de seu filho, porque no começo da escola era outra professora e também não conhece sua metodologia de trabalho”*. A questão abordada pela mãe demonstra que algo está errado na sua participação, ou na relação da escola com a família Mantoan (2004, p. 29), fala sobre este contexto.

A sustentação de um projeto escolar inclusivo implica necessariamente mudanças em propostas educacionais da maioria das escolas e em organização curricular idealizada e executada pelos seus professores, diretor, pais, alunos, e todos os interessados em Educação, na comunidade em que a escola se insere.

Vemos que a mudança de paradigma perpassa pela participação de toda a comunidade escolar, quando isso não acontece, a escola e a comunidade não se comunicam, por não existir um sentido de pertença de participação na implementação da ação pedagógica por parte da família. “As propostas educacionais que dão conta de uma concepção inclusiva de ensino refletem o que é próprio do meio físico, social, cultural em que a escola se localiza e são elaboradas a partir de um estudo das características desse meio” (Idem).

Questionada se seu filho se relaciona bem com seus colegas, professora e funcionários da escola, ela relata que “*com os funcionários sim, mas com os colegas não.*” A mãe acredita que para atender necessidades educacionais do seu filho seria necessário um professor ou dois para ficar com Manoel, “*porque ninguém dá conta dele*”. Fica claro que o aluno foi integrado à escola, mas não incluído. Pimentel (2012, p. 139), diz que:

A ausência de conhecimento do professor sobre as peculiaridades das deficiências, o não reconhecimento das potencialidades destes estudantes se a não flexibilização do currículo podem ser considerados fatores determinantes para barreiras atitudinais, práticas pedagógicas distanciadas das necessidades reais dos educandos e resistência com relação à inclusão.

A inclusão escolar deve deixar de ser vista como uma simples inserção da criança com NEE na escola e passar a ser vista como a oportunidade de construir novos padrões no meio educacional, “requer professores preparados para atuar na diversidade, compreendendo as diferenças e valorizando as potencialidades de cada estudante de modo que o ensino favoreça a aprendizagem de todos” (Idem).

Intencionando perceber como a escola se percebe nesses aspectos, questionamos como ela trabalha o processo de inclusão com os pais dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais. A professora Carla diz que “*quando começou a atuar na turma a criança não tinha assistência nem por parte da família e nem pelo Núcleo de Assistência, acredito que o mesmo era visto como uma criança indisciplinada e com isso nada havia sido feito em prol do aluno e tão pouco assistência a família*”. A diretora Fernanda diz que “*trabalha o processo de inclusão através do diálogo. Às vezes pais ou responsáveis, por falta de conhecimento demonstram insatisfação em saber que a criança tende a ser encaminhada*

para o Núcleo de Atendimento de Educação Inclusiva de Carinhanha - NAEIC. E após uma longa conversa, entendem a proposta e acabam aceitando”.

Ainda nesse contexto, à professora Carla foi perguntado sobre a participação da família no processo educacional, ela disse que entende que a família *“contribui para o processo de inclusão, porém é notável que a mesma não tem conhecimento sobre os direitos da criança, assim como a importância da relação família e escola”*. Em relação a esta questão a Diretora, ao se referir especificamente à mãe do Manuel, diz que *“na medida do possível sim. Pois a mãe queixa de falta de recursos financeiros, dentre outras dificuldades”*.

Sobre sua cota de participação, quando perguntamos à mãe se ela se considerava participativa na vida é no acompanhamento escolar do seu filho, ela revela que *“nem sempre, porque eu também não tenho só ele, tenho outros. São três filhos, mas o que eu posso, ta me chamando eu vou lá.”* Além disso, a genitora também revela que pouco conhece a professora do filho, e explica: *“... porque... ela... no começo da escola era outra professora, aí agora do meio, já trocou de professora, já é essa de outra agora, então [conheço] muito pouco...”*.

Sabemos que o processo educacional da criança, não deve ser visto como uma responsabilidade exclusiva da escola, a participação da família é fundamental, pois é ela que conhece a criança e pode indicar caminhos para que seu processo de inclusão seja favorável para seu desenvolvimento. Mas, vê-se, nessas informações, um desencontro entre família e escola, a escola acusa a mãe por falta de participação mais efetiva e esta, por sua vez, parece estar alheia até onde pode intervir no processo escolar do filho.

Essa lacuna talvez se resolvesse se, como apresentado pela psicóloga entrevistada, as escolas trabalhassem com os pais de alunos com necessidades educacionais especiais dialogando com sobre o desenvolvimento do filho na escola, sugestões para melhoria de currículos, realizando projetos educativos com os pais, informar aos pais sobre as características do ensino inclusivo. Essa proximidade poderia fazer com que obstáculos como relatados pela psicóloga: *“À família coloca toda a responsabilidade da educação/ensino na escola, muitos pais não acompanham o desenvolvimento escolar do filho.”*.

E sobre a questão de como deve ser o acompanhamento com os pais de alunos com necessidades educativas especiais, para que além de acompanhá-las na vida educacional, aceite a condição especial do seu filho, para a psicóloga os *“pais devem conhecer as*

capacidades dos seus filhos, perceberem que possíveis limitações não são obstáculos para a aprendizagem.”.

Sabemos que a família assume um papel muito importante na consolidação de uma prática inclusiva,

Como primeira mediadora entre o homem e a cultura, a família constitui a unidade dinâmica das relações de cunho afetivo, social e cognitivo que estão imersas nas condições materiais, históricas e culturais de um dado grupo social (DESSEN, POLONIA, 2007, p. 21).

Sendo assim, a participação da família ajuda a escola a conhecer melhor a criança, como também na sua socialização no ambiente escolar.

Os laços afetivos formados dentro da família, particularmente entre pais e filhos, podem ser aspectos desencadeadores de um desenvolvimento saudável e de padrões de interação positivos que possibilitam o ajustamento do indivíduo aos diferentes ambientes de que participa (DESSEN, POLONIA, 2007, p. 24).

Portanto, a consolidação de uma escola inclusiva perpassa pela participação ativa da família no desenvolvimento educação da criança com NEE.

É sabido que para implementar uma escola inclusiva pautadas no princípio da igualdade de direitos, é preciso a participação ativa da família e de toda a sociedade. Compreendemos que ainda há muito a ser feito, mas temos consciência que “não se pode fazer educação inclusiva de qualidade sem ampliação de recursos, melhoria das condições de ensino e aprendizagem nas escolas e valorização dos profissionais da educação (PIMENTEL, 2012, p. 151).

VI - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no objetivo geral desse trabalho e após a discussão e análise das informações contidas no capítulo anterior, podemos tecer algumas considerações acerca das metas específicas que nos propusemos a investigar, conforme a seguir.

Entre as análises propostas pode-se perceber que no âmbito escolar ainda há muito a ser feito e modificado pela escola, pois os profissionais não são qualificados para atuar com crianças com necessidades educacionais especiais, sendo que a falta desta capacitação dificulta a mudança de paradigma e concepção acerca do processo inclusivo na escola regular.

Em relação às maiores dificuldades que a escola e família encontram ao trabalhar com alunos que apresentam NEE são a falta de diálogo, uma vez que a escola não busca compreender a realidade do educando tendo como base sua vivência no contexto familiar; como também a falta de conhecimento da família acerca das necessidades educacionais da criança, pois quando a família não compreende e não participa ativamente do desenvolvimento social e escolar, fica cada vez mais difícil a sua inclusão no contexto escolar e social, outro fator preponderante é a crença de que o diagnóstico da criança resolverá as questões de inclusão, uma vez que a escola pode se sentir isenta de alguma responsabilidade, pois a inaptidão de aprender é do aluno e não da ineficácia dos seus métodos de ensino, e a família, por sua vez, pode se sentir aliviada pelo fato do filho ser diferente dos demais, sem que haja uma justificativa aceitável socialmente.

Outra conclusão, para que a parceria escola e família possa favorecer o processo de ensino e aprendizagem da criança com NEE na perspectiva da educação inclusiva, há a necessidade de que as instituições de ensino compreendam melhor sobre o processo de inclusão escolar dessas crianças, para iniciar um trabalho é preciso saber por qual caminho se deve seguir e, de certa forma, a escola ainda não sabe qual caminho está seguindo. Compreende-se, com a pesquisa, que a participação da família na escola deve ser mais valorizada, uma vez que a família tem a capacidade de motivar o educando na sua relação com a escola, fortalecendo assim o processo de inclusão e desenvolvimento do aluno.

Sendo assim, é preciso que a Secretaria Municipal de Educação de Carinhanha-Ba, busque junto ao MEC e/ou outros parceiros institucionais, como universidades, cursos de qualificação e formação contínua para os docentes que atuam na educação inclusiva, como também salas de recursos multifuncionais para implementar o trabalho de inclusão realizado

pelas escolas da rede municipal. Sabemos que a educação inclusiva já é uma realidade presente na escola pública do município, contudo faz-se necessário melhorar a realidade vivenciada atualmente.

Desse modo, há um longo trabalho a ser percorrido pela escola a fim de melhorar a realidade atual acerca da inclusão escolar de alunos com NEE. Contudo, não podemos imputar a culpa unicamente à escola e seus agentes diretos (professor, diretor, coordenadores pedagógico), pois a responsabilidade de qualificar os docentes para atuar com alunos com necessidades educacionais especiais é também das Secretarias municipais e estaduais e do Ministério da Educação, que precisam buscar parcerias a fim de melhorar a estrutura das escolas e qualificar os profissionais da educação, para que a partir desta conjuntura, a escola realmente possa desenvolver uma abordagem inclusiva que possibilite a real inclusão das crianças com NEE na escola regular.

REFERÊNCIAS

BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm . Acesso em 20 nov. de 2015.

_____. LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL. Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf> . Acesso em 15 nov. de 2015.

CARDOSO, M. da S.. Aspectos Históricos da educação especial: da exclusão a inclusão – uma longa caminhada. In. STOBAUS, C. D.; MOSQUERA, J. J. (Org.) *Educação Especial: em direção à educação inclusiva* - 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p. de 15 - 27.

CARVALHO. E. N. S. de *Transtorno do Espectro Autista*. Cap. 11, 2000. Disponível em: http://www.ead.unb.br/moodle2013/pluginfile.php/85190/mod_resource/content/1/Transtorno%20do%20Espectro%20Autista.pdf acesso dia 06/05/2015

CASSALES, L.W. M., LOVATO, A. e SIQUEIRA, A.C. *A inclusão de alunos especiais e suas famílias no ensino regular na perspectiva dos professores*. Disponível em: http://www.unisc.br/anais/jornada_pesquisa_psicologia/2011/arquivos/A03.pdf Acesso dia 04/07/2015.

CROCHIK, J. L. Educação inclusiva e preconceito: desafios para a prática pedagógica; In. DESSEN, M. A. e POLONIA, A. da C.. A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, abr. 2007, vol. 17, n.36, p. 21-32. ISSN 0103-863X.

KELMAN, C. A. Sociedade, educação e cultura. In: MACIEL, D. A.; BARBATO, S. (Orgs.). *Desenvolvimento humano, educação e inclusão escolar*. Brasília: Editora UnB, 2010. p. 11 – 54.

MANTOAN, M.T. E.. Uma escola de todos, para todos e com todos: o mote da inclusão Educação Especial. In. Claus Dieter Stobaus, Juan José Mourifio Mosquera. (Orgs.) *Em direção à educação inclusiva/* - 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p. 27 – 40.

MENDOÇA, F.L. R.; SILVA, D. N. H.; MIETO, G. S. M. *Inclusão e Formação Continuada de Professores: possíveis contribuições teórico-metodológicas de Yves Clot*. UnB, 2015.

MIRANDA T. G.; FILHO T. A. G. (Org.) *O professor e a educação inclusiva*. Formação, práticas e lugares Editora. UFBA, 2012. p. 39 – 60.

MOORE, S. T. *Síndrome de Asperger e a escola fundamental: Soluções práticas para dificuldades acadêmicas e sociais*. São Paulo: Associação Mais 1, 2005. Disponível em: http://www.ead.unb.br/moodle2013/pluginfile.php/85190/mod_resource/content/1/Transtorno%20do%20Espectro%20Autista.pdf. Acesso dia 06/05/2015.

OLIVEIRA, C.B; ARAÚJO, C.M. A Relação família-escola: intersecções e desafios. *Estudos de psicologia*. vol. 27, n.1, Campinas jan./mar. 2010.

SILVA, E. L. da; MENEZES, E. M.. *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação*. Disponível em: http://tccbiblio.paginas.ufsc.br/files/2010/09/024_Metodologia_de_pesquisa_e_elaboracao_de_teses_e_dissertacoes1.pdf>. Acesso em: 20 out. 2015.

TAVARES C. M. M., NOGUEIRA, M. de O. *Relação família-escola: possibilidades e desafios para a construção de uma parceria*. Disponível em: <http://www.bibliotekevirtual.org/index.php/2013-02-07-03-02-35/2013-02-07-03-03-11/278-fd/v05n01/2257-v05n01a04.html>. Acesso 10/out./2015.

TUNES, E.; TACCA, M. C.; JÚNIOR BARTHOLO, R. dos S.. O professor e o ato de ensinar. *Cadernos de pesquisa*, v.35, n.126, p.689-698, set/dez. 2005.

TUNES, E.; TACCA, M. C.V. R.; MITJÁNS; A. M. Uma crítica às teorias clássicas da aprendizagem e à sua expressão no campo educativo. *Linhas Críticas*, v.12, n.22, p. 109-130, jan/jun 2006.

VENTURINI, A. M.; SANTIAGO, M. C.. Dimensões de inclusão em educação: Desafio de garantir o direito à aprendizagem e à participação. *Seminário Internacional Inclusão em Educação: Universidade e Participação*, 2013. Disponível em: <http://www.lapeade.educacao.ufrj.br/anais/files/WSMC2871.pdf>. Acesso em: 10/set./2015

VIGOSTSKI, L. S. *A formação social da mente: Psicologia e Pedagogia*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

APÊNDICES

APÊNDICE A - ROTEIRO PARA ENTREVISTA PARA PROFESSOR



Universidade de Brasília
Instituto de Psicologia
Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu
Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e
Inclusão Escolar.

Polo: Educacional Dona Carmen

Tutora online: Geane de Jesus Silva

Aluna: Lídia Pinto de Souza

Formação nível superior: () sim () não Qual? _____

Pós-graduação: () sim () não Qual? _____

Tempo de atuação na educação: _____

Tempo de atuação como regente de classe: _____

Professor:

1-O que você entende por educação inclusiva?

2- Em sua concepção, quais os subsídios necessários para que haja a inclusão de alunos com deficiência?

3-A escola possui estrutura física e os recursos necessários para atender esse aluno com deficiência?

4-O que você está fazendo para que o seu aluno com deficiência acompanhe o resto da turma? E quais as suas dificuldades de trabalhar com esse aluno?

5- Você fez algum curso para atuar com educação inclusiva? Em caso positivo, quais? (por conta própria ou por oferta de formação contínua da Secretaria de Educação?)

6-E a família tem contribuído para a inclusão deste aluno?

7-Em sua opinião, os professores da rede pública de ensino estão preparados para receber alunos com deficiência? Por quê?

8-Você acha que as escolas devem matricular crianças com necessidades educativas especiais em escolas ditas comuns ou escolas especiais? Por quê?

9-Como você trabalha o processo de inclusão com os pais dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais?

10- A inclusão é um direito garantido por lei. Em sua opinião o que é necessário para que a escola seja de fato uma escola inclusiva?

11 – Quanto ao currículo, você o tem adaptado de acordo com as necessidades individuais educacionais de cada aluno? Por quê? E como tem feito?

12-O projeto político pedagógico da sua escola prevê ações para educação inclusiva? Quais?

APÊNDICE B - ROTEIRO PARA A ENTREVISTA PARA DIRETOR



Universidade de Brasília
Instituto de Psicologia
Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu
Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e
Inclusão Escolar.

Polo: Educacional Dona Carmen

Tutora online: Geane de Jesus Silva

Aluna: Lídia Pinto de Souza

Formação nível superior: () sim () não Qual? _____

Pós-graduação: () sim () não Qual? _____

Tempo de atuação na educação: _____

Tempo de atuação como regente de classe: _____

Diretor:

- 1 - O que você entende por educação inclusiva?
- 2- Em sua concepção, quais os subsídios necessários para que haja a inclusão de alunos com deficiência?
- 3- A escola possui estrutura física e os recursos necessários para atender esse aluno com deficiência?
- 4- A escola tem dado algum tipo de orientação, formação ao professor para trabalhar com o aluno com necessidades educacionais especiais?
- 5- Em relação ao Manoel que é um aluno com necessidades educacionais especiais, como a escola trabalha a inclusão dele? Quais os desafios que a escola tem de fato para atender esse educando com qualidade?
- 6- E a família tem contribuído para a inclusão deste aluno?
- 7-Em sua opinião, os professores da rede pública de ensino estão preparados para receber alunos com deficiência? Por quê?
- 8-Você acha que as escolas devem matricular crianças com necessidades educativas especiais em escolas ditas comuns ou escolas especiais? Por quê?
- 9-Como você trabalha o processo de inclusão com os pais dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais?
- 10-Sabemos que a inclusão é um direito garantido por lei. Em sua opinião o que é necessário para que a escola seja de fato uma escola inclusiva?
- 11- Quanto ao currículo, você o tem adaptado de acordo com as necessidades individuais educacionais de cada aluno? Por quê? E como tem feito?
- 12-O projeto político pedagógico da sua escola prevê ações para educação inclusiva? Quais? Em caso negativo, por quê?

APÊNDICE C - ROTEIRO PARA A ENTREVISTA PARA PSICÓLOGO



**Universidade de Brasília
Instituto de Psicologia
Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu
Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e
Inclusão Escolar.**

**Polo: Educacional Dona Carmen
Tutora online: Geane de Jesus Silva
Aluna: Lídia Pinto de Souza**

**Psicóloga
Local de atuação:
Formação**

- 1- O que você entende por educação inclusiva?
- 2- Em sua concepção, quais os subsídios necessários para que haja a inclusão de alunos com deficiência?
- 3- Qual a contribuição do psicólogo para que haja a inclusão na escola?
- 4- Você tem encontrado alguma dificuldade em relação ao apoio da família, quanto aos encaminhamentos feitos pela escola para a realização da avaliação diagnóstica? E quando há falta de apoio da família, existe alguma lei que assegure a escola quanto à ação educacional?
- 5- Em sua opinião, os professores da rede pública de ensino estão preparados para receberem alunos com deficiência? Em caso negativo, por quê? Em caso positivo, em quais aspectos?
- 6- Você acha que as escolas devem matricular crianças com necessidades educativas especiais em escolas ditas comuns ou escolas especiais? Por quê?
- 7- Como deve ser o acompanhamento com os pais de alunos com necessidades educativas especiais, para que além de acompanhá-las na vida educacional, aceite a condição especial do seu filho?
- 8- Qual a importância do diagnóstico do profissional da saúde, como o psicólogo para desenvolvimento educacional, intelectual e social dos alunos?
- 9 – Esse diagnóstico, em alguns casos, não pode gerar segregação desse aluno pela escola ao invés de ajudá-lo em seu processo de inclusão escolar? Em caso negativo, por quê? Em caso positivo, o que pode ser feito para evitar tal efeito?
- 10- Como a escola deve trabalhar com os pais de alunos com necessidades educacionais especiais?

APÊNDICE D – ROTEIRO PARA A ENTREVISTA PARA PAIS



**Universidade de Brasília
Instituto de Psicologia
Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu
Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e
Inclusão Escolar.**

**Polo: Educacional Dona Carmen
Tutora online: Geane de Jesus Silva
Aluna: Lídia Pinto de Souza**

Pais

- 1-Como você se sente, enquanto mãe de uma criança especial?
- 2-Você já ouviu falar em educação inclusiva? O que você acha que se trata?
- 3-Você já teve alguma dificuldade de matricular seu filho em alguma escola? Explique.
- 4-Como é a sua relação a de seu filho a escola e professor?
- 5-Seu filho alguma vez já foi recusado a ser aceito na escola?
- 6-Como é que você ver a escola no apoio da escolaridade de seu filho?
- 7-A estrutura organizacional corresponde às necessidades do seu filho?
- 8- Seu filho tem atividades escolares para a casa? Você acha que são atividades possíveis dele realizar? Você acha que poderia mudar algo?
- 9-Seu filho gosta da escola? Como você percebe isso?
- 10-Você conhece a professora de seu filho? E sua metodologia de trabalho?
- 11-Seu filho se relaciona bem com seus colegas, professora e funcionários da escola?
- 12-O que você acha que seria necessário na escola para atender as necessidades educacionais do seu filho?
- 13-Você se considera uma mãe participativa na vida é no acompanhamento escolar do seu filho?

ANEXOS

ANEXO A – CARTA DE ACEITE INSTITUCIONAL



Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

Aceite Institucional

O (A) Sr./Sra. _____ (*nome completo do responsável pela instituição*), da _____ (*nome da instituição*) está de acordo com a realização da pesquisa

_____, de responsabilidade do(a) pesquisador(a) _____, aluna do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar no Instituto de Psicologia do Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano da Universidade de Brasília, realizado sob orientação da Prof. Doutor/Mestre.

O estudo envolve a realização de _____ (*entrevistas, observações e filmagens etc*) do atendimento _____ (*local na instituição a ser pesquisado*) com _____ (*participantes da pesquisa*). A pesquisa terá a duração de _____ (*tempo de duração em dias*), com previsão de início em _____ e término em _____.

Eu, _____ (*nome completo do responsável pela instituição*), _____ (*cargo do(a) responsável*) do(a) nome completo da instituição onde os dados serão coletados, declaro conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução CNS 196/96. Esta instituição está ciente de sua corresponsabilidade como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

_____ (local), ____/____/____ (data).

Nome do (a) responsável pela instituição

Assinatura e carimbo do(a) responsável pela instituição

ANEXO B – CARTA DE APRESENTAÇÃO



Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

Da: Universidade de Brasília– UnB/Universidade Aberta do Brasil – UAB

Polo: _____

Para: o(a): Ilmo(a). Sr(a). Diretor(a) _____

Instituição:_____

Carta de Apresentação

Senhor (a), Diretor (a),

Estamos apresentando a V. S^a o(a) cursista pós-graduando(a)

que está em processo de realização do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar.

É requisito parcial para a conclusão do curso, a realização de um estudo empírico sobre tema acerca da inclusão no contexto escolar, cujas estratégias metodológicas podem envolver: entrevista com professores, pais ou outros participantes; observação; e análise documental.

A realização desse trabalho tem como objetivo a formação continuada dos professores e profissionais da educação, subsidiando-os no desenvolvimento de uma prática pedagógica refletida e transformadora, tendo como consequência uma educação inclusiva.

Desde já agradecemos e nos colocamos a disposição de Vossa Senhoria para maiores esclarecimentos no telefone: (061) 3107-6911.

Atenciosamente,

Coordenador(a) do Polo ou Professor(a)-Tutor(a) Presencial

Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar: **Prof^ª Dr^a Diva Albuquerque Maciel**

ANEXO C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – PROFESSOR



Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhor(a) Professor(a),

Sou orientando(a) do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil/Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre _____. Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Esclareço que este estudo poderá fornecer às instituições de ensino subsídios para o planejamento de atividades com vistas à promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento dos alunos em contextos inclusivos e, ainda, favorecer o processo de formação continuada dos professores nesse contexto de ensino.

A coleta de dados será realizada por meio de _____.
(*explicitar todas as técnicas de coleta de dados: gravações em vídeo das situações cotidianas e rotineiras da escola; entrevistas, observações, questionários etc.*)

Esclareço que a participação no estudo é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo ou alteração dos serviços disponibilizados pela escola. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como _____ (*explicitar instrumentos de coleta de dados*), ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone _____ ou no endereço eletrônico _____. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente.

Assinatura do Pesquisador

Assinatura do Professor

Nome do Professor: _____

E-mail(opcional): _____